

GÊNEROS E DESCONFORTOS POLÍTICO E EPISTÊMICO: DISPUTAS E PRODUÇÕES DE NOVAS ALIANÇAS POLÍTICAS

Carlos Edmilson Avila de Lima ¹
Valeska Karine Mesquita Pereira ²

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do reconhecimento de que as violências de gêneros são estruturais, ou seja, atingem a dignidade, a subjetividade e o bem-estar das vítimas, e produzem efeitos que se ramificam em todo o tecido social. Nesse sentido, a pesquisa articula-se uma análise crítica que interliga expressões de gênero, orientação sexual e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, evidenciando como o Brasil ocupa posições alarmantes nos índices de violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, com essa pesquisa reafirmamos que o enfrentamento dessas violências deve ser um compromisso individual e coletivo de todos os sujeitos sociais, voltado à promoção dos direitos humanos e à ampliação da democracia e da dignidade humana.

Assim sendo, por meio de uma abordagem cartográfica bibliográfica e histórica, busca-se investigar os pressupostos epistemológicos e políticos que legitimam e institucionalizaram essas violências, e sobretudo, propõe uma análise sobre os tensionamentos sociais que buscam enfrentá-las, especialmente em contextos institucionais e acadêmicos. Desse modo, inicialmente, critica-se o tratamento raso e binário do conceito de gênero, que frequentemente invisibiliza corpos dissidentes, como pessoas trans, travestis, não binárias, entre outros sujeitos que subvertem a lógica binária performática cisheteronormativa.

Com base em autoras como Joan Scott (1995), Lerner (2019), e outras referências dos estudos de gênero, esta pesquisa sublinha que as categorias homem/mulher são construções sociais e históricas, atravessadas por outros recortes como: classe, raça, etnia e sexualidade, etc. Assim, a cartografia documental e social aqui proposta busca rastrear os dispositivos que mantêm as desigualdades de gêneros, bem como as estratégias de resistência elaboradas por sujeitos historicamente marginalizados. Ademais, reconhece-se, ainda, que as

¹Doutorando no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Bolsista Capes; carlos.avila@acad.ufsm.com.br

²Graduanda no curso de Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria, Bolsista do PIBID, valeskakmpereira@gmail.com

expressões de feminilidade e masculinidade extrapolam as identidades binárias, produzindo novos contratos sociais a partir de outras e novas epistemologias.

Como metodologia, a pesquisa se inspira em uma pesquisa-intervenção, que considera conhecer e intervir como processos indissociáveis.

[...] a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção. Mas, se assim afirmamos, precisamos ainda dar outro passo, pois a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação. (Barros; Passos, 2015, p.18)

Assim a pesquisa é influenciada pela cartografia documental e social (Barro, Passos 2015), essa perspectiva metodológica valoriza a experiência como plano de produção de conhecimento. Com isso, assume-se um posicionamento ético, político e acadêmico, comprometido com a transformação das estruturas que sustentam as violências de gênero e com a promoção de práticas sociais mais justas e inclusivas. Nessa versão, a pesquisa se organiza em torno de três eixos: gêneros, tensionamentos, e alianças políticas; batalhas morais e disputas epistemológicas; e considerações finais.

GÊNEROS, TENSIONAMENTOS, E ALIANÇAS POLÍTICAS

A pesquisa parte da compreensão de que o corpo é político e carrega marcas sociais que atravessam classe, raça, etnia e, centralmente, gênero. Desse modo, ao compreender os papéis sociais atribuídos aos corpos femininos, masculinos e dissidentes como construções históricas e políticas, evidencia-se que tais atribuições operam no interior de disputas por poder, saber, reconhecimento e legitimidade nos espaços públicos. As mobilizações sociais que emergem contra a violência de gênero, especialmente aquelas institucionalizadas e naturalizadas pelo machismo, misoginia e LGBTQIA+fobia, representam formas de resistência e de produção de rupturas em estruturas excludentes historicamente consolidadas.

Ademais, destaca-se que embora as posições de poder no espaços políticos e educacionais tenham sido historicamente monopolizados por homens, é imprescindível sinalizar que elas sempre foram tensionadas e enfrentadas por mulheres e sujeitos dissidentes que, por meio de suas práticas e reflexões, contribuíram decisivamente para a transformação do tecido social. Por exemplo, textos como de Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft (2016), ao questionarem a exclusão feminina nas grandes revoluções e nos discursos filosóficos da modernidade, potencializaram uma crítica feminista fundante que repercute na luta por educação, cidadania e participação política. Já no Brasil, nomes como Nísia Floresta,

Pagu, Celina Guimarães e Alzira Soriano ilustram a historicidade da luta sufragista, marcada por resistência a um patriarcado institucionalizado que restringiu por décadas a inserção das mulheres na esfera política e pública.

Ademais, a Constituição de 1988 inaugura um novo marco político ao estabelecer como princípios fundamentais a igualdade e o combate às formas de discriminação. No entanto, apenas com a promulgação da Lei nº 9.504/1997 é que a representação política feminina começou a ser tratada como questão normativa, ao exigir cotas de gênero nas candidaturas partidárias. Avanços como a eleição da primeira presidenta, Dilma Rousseff, e a posterior sanção da Lei nº 14.192/2021, que trata da violência política contra a mulher, indicam a crescente incorporação institucional de pautas de gênero, embora ainda permeadas por resistências e retrocessos.

No campo da diversidade sexual e de gênero, são notáveis as trajetórias de Keila Simpson e Luma Andrade, cujos feitos acadêmicos e políticos reposicionam as travestis como agentes de transformação e de elaboração de epistemologias críticas, desafiando os marcos da cisnormatividade, sendo a primeira mulher trans ter diploma de doutorado. Da mesma forma, a atuação de Erika Hilton e Duda Salabert na política institucional reafirma a presença e a centralidade dos corpos dissidentes na produção de rupturas simbólicas e materiais em estruturas de poder historicamente excludentes.

A análise evidencia que a luta por equidade de gênero e pela inclusão de sujeitos historicamente subalternizados não é recente e tampouco concluída. Ao contrário, constitui um processo contínuo, dinâmico e politicamente disputado, que revela o caráter inacabado da democracia. O avanço de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e à diversidade sexual é fruto direto de pressões exercidas por movimentos sociais contra-hegemônicos, que têm tensionado os limites das instituições, ampliando o pluralismo político e instaurando a diferença como fundamento ético, jurídico e epistemológico. Tais disputas, por fim, reconfiguram permanentemente o campo das políticas públicas, desafiando normas, estruturas e discursos que sustentam desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe.

BATALHAS MORAIS E DISPUTAS EPISTEMOLÓGICAS.

[o] termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha

muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. (Scott, 1995, p.75)

Como vimos, por trás das disputas políticas em torno das questões de gênero, há inúmeras batalhas epistemológicas profundas que fundamentam essas lutas. O conceito de “gênero” tem origem na palavra grega *genus*, relacionada ao nascimento ou à família, mas foi ressignificado na modernidade ocidental como construção social e, posteriormente, como tecnologia política de gestão dos corpos. Desde a primeira onda do feminismo, pensadoras e pesquisadores passaram a diferenciar gênero de sexo biológico, com destaque para Simone de Beauvoir (2016), e Butler (2020), que consolidaram o entendimento de gênero como construção cultural, social e psicológica.

Até o século XVIII, predominava o modelo unissex de compreensão dos corpos, onde gênero era mais cultural do que biológico. Com os avanços da anatomia e da ciência, consolidou-se o modelo binário de dois sexos, que estabeleceu uma distinção rígida e hierárquica entre homens e mulheres, baseada em pressupostos moralizantes. Ainda assim, mesmo antes dessa distinção radical, as mulheres já estavam subordinadas a funções sociais específicas e limitadas (Kimmel, 2020).

A partir desse contexto, o conceito de gênero passou a ser disputado politicamente, especialmente por feministas como Joan Scott (1995), que o define como uma categoria relacional central para compreender as desigualdades de poder. Guacira Lopes Louro (1997) reforça que gênero deve ser entendido como uma relação de poder e não apenas uma categoria analítica, pois molda normas assimétricas e violentas de masculinidade e feminilidade, afetando especialmente mulheres negras, trans e periféricas.

Berenice Bento (2017) amplia essa análise ao destacar como as violências de gênero estão entrelaçadas a desigualdades de raça e classe, revelando que certos corpos são alvos preferenciais de exclusão e desumanização. Os estudos de gênero, portanto, também desafiam a centralidade do masculino como norma, reivindicando espaços epistêmicos e políticos para mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Autores como Richard Miskolci (2007) mostram como a masculinidade normativa é construída por meio da negação da sensibilidade e da submissão à virilidade, o que também oprime os próprios homens. Silvia Federici (2017) por sua vez, recuperam a figura das “bruxas” como símbolo da repressão histórica às mulheres que desafiavam normas patriarcais, estabelecendo um paralelo com a perseguição às feministas atuais.

Ademais, Louro (1997) reforça que o que se entende como “ser mulher” é moldado por uma normatividade masculina, e que tanto mulheres quanto pessoas LGBTQIA+ têm

buscado, historicamente, formas de resistir e criar novos modos de existência. A crítica à cisheteronormatividade e à binaridade sexo/gênero visa justamente desnaturalizar essas estruturas, que excluem identidades dissidentes.

Nesse sentido, Judith Butler (2020) contribui ao afirmar que o gênero não é uma escolha individual, mas algo que nos interpela normativamente – embora essa norma possa ser subvertida. Berenice Bento complementa afirmando que a violência contra corpos LGBTQIA+ decorre de sua recusa em se encaixar nas categorias dicotômicas dominantes.

Em síntese, o conceito de gênero é instável, polissêmico e profundamente disputado. Ainda assim, pode fundamentar pactos provisórios para a formulação de políticas públicas, direitos e práticas de reconhecimento. O desafio ético e político é garantir que todas as expressões de gênero e sexualidade sejam respeitadas como formas legítimas de existência, capazes de ampliar a dignidade, a autonomia e a justiça social para sujeitos historicamente marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que as desigualdades de gênero, sustentadas por discursos binários e normativos, representam um dos principais desafios contemporâneos no enfrentamento das violências sociais. A partir da análise de disputas epistemológicas e da atuação de movimentos sociais feministas e LGBTQIA+, constata-se que políticas públicas e ações afirmativas são constantemente reconfiguradas, buscando garantir direitos e ampliar a presença de sujeitos historicamente marginalizados nos espaços públicos e privados (York, 2022). Essas mobilizações não apenas tensionam estruturas patriarcais, misóginas e LGBTfóbicas, mas também produzem rupturas conceituais, políticas e culturais que desestabilizam saberes hegemônicos, tradicionalmente construídos por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais (COLLING, 2019).

Ao cartografar os conceitos de gênero e sexualidade em sua pluralidade, a pesquisa reafirma a centralidade das lutas sociais e coletivas na conquista de políticas voltadas à saúde, educação, moradia, segurança e proteção contra a violência. No entanto, sublinha que as políticas públicas, embora fundamentais, são insuficientes por si só: é preciso também estabelecer pactos e alianças sociais mais amplos, que perpassam o campo educacional, cultural, econômico e político. A igualdade de gênero e o respeito às diferenças não devem ser tratados como aplicações pontuais, mas como construções coletivas que exigem engajamento crítico, interseccional e ético de toda a sociedade.

Dessa forma, reforça-se a urgência de se manter e fortalecer espaços de resistência e reflexão que enfrentam os discursos conservadores e violentos que ainda marcam nossa

sociedade. A luta por justiça de gênero não é homogênea, mas múltipla e permanentemente tensionada, exigindo um olhar atento às diversas formas de exclusão que ainda persistem, inclusive dentro dos próprios movimentos sociais. Por fim, a pesquisa se alinha às vozes que denunciam e se posicionam contra a naturalização das violências, reafirmando o compromisso com a defesa da vida e da dignidade de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.
- BAPTISTA, C. R. et al. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. [3–25], 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/491>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- BUENO, S. et al. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. [S. l.]: [s. n.], 2021.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- COLLING, L. *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2019.
- DE MORAES, L. N. Histórias de Pagu: memória, feminismo e cultura política. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11, 2017.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- GALVÃO, P.; FERRAZ, G. *Parque industrial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2025.
- KIMMEL, M. *A sociedade de gênero*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: a história das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

- LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MICHEL, A. R. Reconstrução de autonomia pessoal. In: BLAY, E. A.; AVELAR, L.; RENGEL, P. (org.). *Gênero e feminismo: Argentina, Brasil e Chile em transformação*. São Paulo: FAPESP, 2019.
- MISKOLCI, R. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Ouro Preto: Autêntica, 2012.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.
- MONTEIRO, A. R. C. *Participação da mulher na política brasileira: cota de gênero*. [S. l.]: [s. n.], 2021.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PRECIADO, B. P. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difel, 1979.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil da análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação do direito das mulheres*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- YORK, S. W.; SILVA, S. L. B. da; NOLASCO, L. *Gênero e sexualidade na educação: uma perspectiva interseccional*. Bahia: Devires, 2022.